

O fim da República

Luís Farinha, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Lisboa, Estampa, 1998.

As «revoltas contra a ditadura» são conhecidas, mas as sínteses de história portuguesa ainda não tornaram claro que entre 1927 e 1931 houve em Portugal uma verdadeira guerra civil. Análises e crónicas demasiado concentradas nos antecedentes e meandros do golpe de 28 de Maio criaram a impressão de que tudo ficou decidido no Verão de 1926. O mais teria sido rescaldo. O primeiro mérito da investigação de Luís Farinha é o de restaurar a memória da guerra que se seguiu e sublinhar a sua importância na formação do Estado Novo. Foi uma campanha intermitente, mas com movimentações de tropas por todo o país, imensos estragos e despesas. Segundo os dados recolhidos por Farinha, houve cerca de 250 mortos e 1300 feridos (Farinha, pp. 58, 102 e 195). De um lado esteve a ditadura militar, presidida pelo general Carmona. Do outro lado, aquilo a que os defensores da ditadura pejorativamente chamavam «revirvalho»¹. O revirvalho não movimentou pouca gente. Pelo menos 3000 homens combateram contra a ditadura só em Fevereiro de 1927. Mais de mil foram deportados para as ilhas adjacentes e as colónias; centenas passaram pelo exílio em Espanha e França. O objecto de estudo de Luís Farinha são as acções, razões e natureza deste revirvalho. A maior parte do livro de Farinha é tomada pelos capítulos sobre os golpes de 3-9 de Fevereiro de 1927, a intentona de 20 de Julho de 1928 e as várias revoltas do

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ V. Francisco Horta Catarino, *Falando do Revirvalho* (Lisboa, ed. do autor, s. d. [1977]), p. 101. O que não impediu os atingidos de adoptarem a designação de «revirvalho», até como título de imprensa clandestina. V. Oliveira Marques (ed.), *A Literatura Clandestina em Portugal, 1926-1932* (Lisboa, Fragmentos, 1990), n.º 75, p. 178.

ano de 1931, nomeadamente a «revolta das ilhas» em Abril e Maio e o levantamento de 28 de Agosto em Lisboa. A estrutura de cada um destes capítulos segue a mesma ficha: exame prévio da conjuntura política; descrição dos acontecimentos; identificação dos intervenientes; sumário dos manifestos e programas; avaliação das perdas e danos; breve consideração das repercussões políticas. Há ainda capítulos sobre a recomposição do revirvalho em 1929-1930 e o seu apagamento em 1932-1940. O livro fecha com uma tentativa de sociologia das «elites revirvalhistas». Sobre o tema, já tínhamos as colecções de documentos publicadas por Oliveira Marques e João Soares, o bom ensaio de Fernando Rosas integrado na *História de Portugal* dirigida por José Mattoso e um ou outro trabalho mais parcelar. Com este importante livro, fundado em pesquisa de arquivo, é possível, finalmente, rever o significado da resistência armada à ditadura. O pequeno ensaio que se segue é uma tentativa de arrumar as minhas reflexões sobre o tema, algumas sugeridas pela investigação que tenho feito, a maior parte pela leitura do estudo de Luís Farinha.

1. DEMOCRACIA E DITADURA

Infelizmente, o livro parte de uma hipótese que impediu o autor de aproveitar plenamente a sua notável investigação: a de que o confronto entre a ditadura militar e o revirvalho poderia ser descrito como o «embate ideológico e político» entre «dois sistemas», o «ditatorial e o democrático» (p. 140). Como o autor não define «sistema ditatorial» e «sistema democrático», somos levados a crer que os entende no sentido actualmente corrente. Sugere, assim, que a ditadura militar e o revirvalho se distinguíam sobretudo pela questão das liberdades públicas e do governo representativo.

Esta hipótese assenta num profundo equívoco. As definições de democracia foram sempre variadas e evoluíram bastante nos últimos cem anos, especialmente depois da segunda guerra mundial². Os republicanos portugueses da primeira metade do século xx não partilhavam a presente concepção fundamentalmente formalista — ou «procedimental», como dizem os Americanos — da democracia. Para eles, a democracia não consistia essencialmente em parlamentos, garantias e «freios e contrapesos»³. Quando os republicanos falavam

² V., e. g., Charles S. Mayer, «Democracy after the French Revolution», in John Dunn (ed.), *Democracy: The Unfinished Journey* (Oxford, Oxford University Press, 1993), pp. 125 e segs., e Jens Christophersen, *The Meaning of Democracy as Used in European Ideologies from the French to the Russian Revolution. An Historical Study in Political Language* (Oslo, Universitetsforlaget, 1966).

³ Sobre esta visão procedimental da democracia, v. Michael Sandel, *Democracy's Discontent. America in Search of a Public Policy* (Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1996), p. 7, e C. B. Macpherson, *The Life and Times of Liberal Democracy* (Oxford, Oxford University Press, 1984), pp. 77 e segs.

de democracia, não pensavam imediatamente, como hoje se pensa, num quadro institucional neutro e consensual, capaz de albergar uma pluralidade de visões do mundo e garantir a rotação da elite no governo. Essa não era a realidade fundamental da democracia para os republicanos que governaram Portugal entre 1910 e 1926. A sua concepção da democracia não era fundamentalmente formalista, mas fundamentalmente substantiva. Não definiam o regime democrático pelas regras, mas pelos fins. Para utilizar os termos de Raymond Aron, os republicanos reconheciam a democracia pelas ideias, e não pelas instituições⁴.

Democracia, para os republicanos, era o exercício do poder pelo povo. Mas o povo da democracia não correspondia exactamente a toda a população — e nisso eles distinguiam-se daqueles críticos da democracia que, no século XIX, a tinham rejeitado como a influência deletéria das massas ignaras no governo. A democracia republicana era o regime em que o governo pertencia a um certo tipo de indivíduos, os homens educados e independentes. Eram eles os únicos capazes da devoção cívica necessária para realizarem a democracia, porque só eles constituíam o povo capaz de se governar a si próprio. Veja-se o sentido da desassomburada exclusão dos analfabetos na legislação eleitoral da República⁵. Leiam-se as reflexões de António Sérgio (apesar de tudo, um crítico do «jacobinismo») sobre o fundamento da democracia na «disciplina interna», donde se deduzia subtilmente a definição de democracia como o predomínio público dos seres inteligentes, autocontrolados e com boas intenções (depreendendo-se que todos os não democratas eram gente avassalada por más paixões ou simples estupidez)⁶.

Da democracia estavam, logo à partida, excluídos aqueles que não davam garantias de independência espiritual, como os católicos. Pior ainda: para uma grande maioria dos republicanos deviam também estar afastados, em geral, todos os que não fossem membros do Partido Republicano Português, porque se depreendia que apenas os militantes do partido estavam habilitados para executar o programa destinado a converter os Portugueses em seres inteligentes e com boas intenções. A isto se chamou «jacobinismo». António Sérgio, aliás, foi uma das suas vítimas em 1923, quando subiu ao governo apenas para se ver despejado como «reaccionário» perante o alarido do «povo republicano» de Lisboa. A razão? Nunca pertencera ao PRP⁷.

⁴ Raymond Aron, *Introduction à la philosophie politique. Démocratie et révolution* (Paris, Le Livre de Poche, 1997), p. 36.

⁵ V. Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. 6 da *História de Portugal* (dir. de J. Mattoso) (Lisboa, Círculo de Leitores, 1994), pp. 492-493; Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na Primeira República* (Lisboa, Estampa, 1994), pp. 73-84.

⁶ António Sérgio, «Paideia» [fim da década de 1920, princípio da de 1930], in *Ensaaios* (Lisboa, Sá da Costa, 1974), vol. VII, pp. 238-239.

⁷ Raúl Proença, «António Sérgio e o seu monarquismo ante o olhar puríssimo de certas vestais republicanas» [*Seara Nova*, 20-1-1924], in *Obra Política* (Lisboa, Seara Nova, 1974), vol. IV, pp. 54-59.

A ditadura militar de 1926 não derrubou uma «democracia» no sentido actualmente corrente do termo. Destruiu o império daqueles que se consideravam os únicos «democratas» e que, na prática, se traduzia no monopólio do Estado por um partido político, o Partido Republicano Português, e num tipo de governo que os seus críticos, em 1926, não hesitavam em classificar como «um governo de ditadores»⁸. A diplomacia inglesa, ainda menos benevolente, reconheceu até tendências «fascistas» nos últimos governos do PRP⁹. O PRP, que representava a maioria da opinião republicana, conquistou o poder em Portugal em 1910 e, sob a alcunha de «partido democrático», não consentiu que mais ninguém lá chegasse, a não ser pela força. O PRP não estava no governo porque vencias as eleições, mas vencias as eleições porque se sabia que em caso nenhum admitia sair do governo. A decisão do PRP em permanecer no poder contra tudo e contra todos — ou, como pitorescamente proclamou Afonso Costa em 1914, em «defender o povo, mesmo contra a vontade do próprio povo» — ficou provada vezes sem conta antes de 1926. Sempre que o PRP foi dispensado ou expulso do Terreiro do Paço, a organização do partido em Lisboa nunca deixou de se levantar em armas para o restaurar no poder. O PRP não precisava de qualquer legitimidade eleitoral. A defesa intransigente da República era o seu mandato para governar, segundo o famoso preceito de que «o país é para todos, mas o Estado é para os republicanos» — um princípio que era parte tão integrante do republicanismo que até os generais da ditadura militar se lhe mantiveram filosoficamente fiéis¹⁰. Na prática e também em princípio, a República de 1910 excluiu sempre a pluralidade política e a alternância no poder: era um Estado confessional e de partido único. Tal sectarismo jamais perturbou a consciência democrática da gente do PRP. A ideia do «despotismo da liberdade» constituía um dos nervos principais da tradição da esquerda revolucionária. A esquerda dispôs sempre dos meios teóricos necessários para chamar «democracia» à imposição de uma vontade minoritária¹¹.

Os equívocos acerca da «democracia» republicana são, no entanto, compreensíveis. O primeiro factor de confusão está no facto de o PRP ter pas-

⁸ Classificação do último governo do PRP pelo *Mundo*, órgão do Partido da Esquerda Democrática (30-5-1926).

⁹ V. Ramos, *Segunda Fundação*, cit., p. 629.

¹⁰ V. o caso do general Ivens Ferraz, ministro (1927-1929) e chefe do governo (1929-1930) da ditadura e chefe do estado-maior do exército (1933), in *A Ascensão de Salazar. Memórias de Ivens Ferraz*, ed. de C. Oliveira (Lisboa, O Jornal, 1988), p. 138.

¹¹ V. Cesare Vetter, *Il dispotismo della libertà. Dittatura e rivoluzione dall'illuminismo al 1848* (Milão, Francoangelli, 1993), Carl Schmitt, *Sobre el Parlamentarismo* [1923], trad. de T. Nelsson e R. Grueso (Madrid, Tecnos, 1990), p. 33, e Corrado Vivanti, «Hegemonia/ditadura», in *Enciclopédia Einaudi* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1996), vol. 22, pp. 84 e segs.

sado décadas entretido com a crítica «liberal» da monarquia. Antes de 1910, os republicanos zelaram pela separação de poderes, exigiram a responsabilização judicial do governo, propuseram a parlamentarização e municipalização do Estado, reclamaram a mais completa liberdade de imprensa, bradaram pelo direito de reunião e de manifestação, etc. Foi baseado nesta tradição que Bernardino Machado, por volta de 1904, planeou fazer do PRP o «verdadeiro partido liberal». De facto, o PRP conseguiu incluir muita gente simplesmente desavinda ou desencantada com a monarquia pelas mais diversas razões. A vigilância «liberal» constituía um mínimo denominador comum para esta frente política. Porém, o fundamento e o ânimo do revolucionarismo republicano nunca se encontraram nesta função de zelador constitucional, neste «republicanismo negativo» (para utilizar uma expressão de Manuel Azaña). Se as liberdades públicas constituíssem a questão central para a esquerda republicana, nunca se teria feito a República em Portugal, porque a monarquia constitucional garantia a liberdade até aos seus inimigos declarados, como alguns republicanos reconheceram mais tarde¹².

É verdade que a direcção do PRP esteve quase sempre dividida acerca da melhor tática para republicanizar uma sociedade que os republicanos sempre consideraram não republicana. A esquerda quis usar a coacção; a direita preferia a assimilação. Desde 1911, alguns dos antigos líderes foram-se afastando para fundar partidos republicanos da «direita», sempre com a obsessão de resolver todos os problemas através da rotação no poder de dois grandes partidos republicanos e da tolerância dos católicos. Mas não é necessário recordar que a maioria do PRP escolheu a via mais radical. Finalmente, é também um facto que muitos republicanos discordaram do sectarismo dominante na República e encetaram o trabalho de «formalização» da democracia. Veja-se, como exemplo, a redefinição de «livre-pensamento» por Leonardo Coimbra, ou os remoques de Raúl Proença às «aberrações da democracia», ou mais concretamente à «série de traições ao verdadeiro espírito democrático que tem sido a existência desta República»¹³. Mas a abordagem formal fazia sentido, precisamente porque era um meio de tornar consensual um regime que tinha uma origem ideológica inaceitável para uma grande parte da população. E era este facto que condicionava o exercício do poder republicano.

Enquanto tivesse um projecto de transformação cultural e social, como o que assumiu em 1911, a República — independentemente da generosidade e

¹² V., e. g., Carvalhão Duarte, *Liberdade* (Lisboa, Seara Nova, 1949), pp. 62-63.

¹³ Leonardo Coimbra, «O livre-pensamento é um método, não uma doutrina» (19-4-1922), in *Dispersos*, ed. de Pinharanda Gomes (Lisboa, Verbo, 1987), vol. II, pp. 28 e segs.; Raúl Proença, «Da necessidade prévia de defender a democracia das suas aberrações» (25-4-1929), in *Antologia*, ed. de A. Reis (Lisboa, Ministério da Cultura, 1985), vol. I, pp. 112-122, e «António Sérgio», cit., p. 57.

tolerância de alguns republicanos — teria de agir violentamente se quisesse ser uma realidade¹⁴. Durante anos, o PRP afivelou um ódio teológico às «ditaduras», epíteto com que procurou enlamear os governos hostis ao partido, como o de Pimenta de Castro em 1915 ou o de Sidónio Pais em 1918. De tal maneira que o jornalista João Paulo Freire, em 1924, cunhou a famosa definição: «Ditadura é todo aquele governo que não seja apoiado pelo partido democrático [PRP].» Mas, como lembrou Basílio Teles, o incómodo filósofo do PRP, quando viu os seus correligionários comprometidos na cruzada contra a «ditadura» de João Franco (1907), a República nunca passaria de uma utopia em Portugal se os republicanos não estivessem dispostos a reconhecer a necessidade de uma «ditadura revolucionária» para a implantar¹⁵. De uma certa forma, o PRP compreendia essa necessidade. A defesa do predomínio do parlamento no Estado foi cuidadosamente acompanhada da defesa do predomínio dos republicanos na administração — modo seguro de garantir que o parlamento nunca seria mais do que o PRP reunido em congresso¹⁶. O parlamentarismo acabou, assim, por se tornar um pseudónimo do monopólio político do Partido Republicano.

Em suma, é necessário ter sempre presente que, para muita gente, nas décadas de 1920 e 1930, a ditadura militar não substituíra um Estado de direito democrático como o de hoje, mas simplesmente a famosa «ditadura parlamentar» do PRP. No facto de «democracia» e «ditadura» terem sido termos difíceis de distinguir está resumida a tragédia do princípio do século xx português.

Resta ainda um outro factor de confusão. Depois de 1926, a restauração das «liberdades públicas» fez parte das reivindicações do revirvalho. Mas essa piedosa e modesta reivindicação foi sempre a canção do bandido de quem estava na oposição. Na prática, as «liberdades públicas» foram, acima de tudo e quase sempre, oportunamente interpretadas como uma licença dada à oposição ao governo. Por isso, todas as correntes políticas em Portugal se fizeram «liberais» quando lhes convinha, isto é, quando estavam na oposição, à mercê do poder. Era então que a limitação legal da autoridade mais jeito dava. Antes de 1926, também os futuros salazaristas tinham sido liberais nesse sentido oportunista. Durante muito tempo, sob o Estado Novo, sempre que a oposição esbravejava contra a censura, os propagandistas de Salazar desfiaram as estatísticas negras da «liberdade de imprensa» usufruída sob a República: jornais assaltados e destruídos pelas milícias do PRP, edições apreendidas, jornalistas presos, etc. Suplementando ou ultrapassando a

¹⁴ Sobre este projecto de transformação cultural da República, v. Ramos, *Segunda Fundação*, cit., pp. 401-433.

¹⁵ V., a propósito, Manuel Villaverde Cabral, «Basílio Teles, 1856-1923: O nacionalismo republicano do decadentismo ao autoritarismo», in *Prelo*, 1987, n.º 15, pp. 19-33.

¹⁶ V., e. g., a carta de José Rafael Sampaio a Helder Ribeiro, 20-5-1927, in F. R. da Silva (ed.), *Coronel Hélder Ribeiro: Correspondência Recebida (1902-1931)* (Porto, Universidade Portucalense, 1997), pp. 294-295.

censura oficial, funcionara a «censura privada ou indirecta», fora de qualquer lei, imprevisível e arbitrariamente exercida pelos militantes do PRP¹⁷. E não eram só os salazaristas que tinham histórias de repressão para contar¹⁸. Católicos e monárquicos haviam passado anos a reclamar liberdade de imprensa, direito de reunião, eleições livres e o fim das perseguições por motivos políticos. O próprio Salazar, ressentindo a censura e a falta de liberdade sob a República, chegara ao ponto, como confessou, de se ver acometido de «pensamentos revolucionários»¹⁹. A exigência táctica de liberdades públicas não pode, porém, justificar que consideremos Salazar um «democrata» no sentido actualmente corrente. Também os entusiastas do totalitarismo que seguiram Rolão Preto na década de 1930, mal começaram a suportar os rigores do Estado Novo, sofreram imediatamente o que um historiador já designou por «inflexão liberalizante»²⁰. Vamos, por isso, passar a chamar democratas (no sentido actual) aos fascistas? Devíamos observar a mesma cautela em relação ao revirinho. A verdade é que a reivindicação de «liberdades públicas» constituiu sempre mais um argumento polémico usado por quem sofria na oposição do que propriamente uma proposta sincera sobre a qual fundar um regime de tolerância em que coubessem todos.

É preciso, aliás, sublinhar o seguinte facto: o grande argumento que o revirinho usou contra a ditadura militar não foi o da falta de eleições livres, isto é, de eleições que constituíssem um meio plausível para provocar uma rotação no poder. Eleições dessas também nunca tinham existido antes de 1926 (e possivelmente, dadas as características da sociedade portuguesa, nunca poderiam ter existido). A mais forte acusação do revirinho era a de que a «situação» se preparava para restaurar a «monarquia». Mesmo em privado, era esta a perspectiva que mais sobressaltava os republicanos. O inultrapassável defeito da ditadura militar, para os revirinhistas, não era o facto de ser uma ditadura, mas o de ser uma ditadura da direita, sustentada pelos católicos, pelos conservadores e pelos autodenominados nacionalistas (nova designação da direita revolucionária para substituir a de monárquicos)²¹. Para utilizar mais uma vez

¹⁷ Jorge Botelho Moniz, *Campanha Eleitoral* (Lisboa, 1949), pp. 70-72.

¹⁸ Sobre a repressão política antes de 1926, que incluiu prisões, deportações e assassinatos policiais, v., e. g., o depoimento do sindicalista Emídio Santana nas suas *Memórias*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1984, especialmente pp. 70 e 72.

¹⁹ António Ferro, *Salazar* [1933] (Lisboa, Fernando Pereira Editor, 1982), p. 96.

²⁰ V. António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis* (Lisboa, Estampa, 1994), pp. 274-275.

²¹ V. António Sérgio, «Relanços de doutrina democrática» [1933], in *Ensaios* (Lisboa, Sá da Costa, 1974), vol. vii, pp. 174-175: «Não era, pois, a existência em si de uma governação excepcional, com umas férias de alguns meses ao Parlamento, o que repugnava aos democratas da *Seara Nova*. O ponto, para nós, está no *espírito* que animar essa governação excepcional, na *finalidade* que se propuser.» V. também as declarações de Domingos Pereira (ex-presidente do ministério) in Armando Aguiar, *A Ditadura e os Políticos* (Lisboa, 1932), pp. 43-44.

Raymond Aron, *eram as ideias que dividiam os Portugueses, e não as instituições*. Eis um exemplo: nas suas memórias diz Mário Soares, referindo-se a um amigo da década de 1940, que «era um democrata por tradição familiar, firmemente não católico, o que nessa altura era a verdadeira pedra de toque da consistência oposicionista»²². O cimento da «democracia» em 1942 não era, portanto, a preferência por eleições livres, mas tudo aquilo que estava simbolizado na rejeição da tradição católica. Era qualquer coisa de anterior às instituições, de mais fundamental, de *religioso*: uma *visão do mundo* considerada incompatível com a visão do mundo adoptada pelo Estado Novo. Segundo o excessivo Alfredo Pimenta, a questão estava em escolher «ou Deus ou Satã»²³. Quem quiser avaliar a profundidade cultural desta guerra civil leia *As Duas Espanhas* (1932), de Fidelino de Figueiredo. Era a pressão deste confronto cultural, agravado pela guerra religiosa de 1911, que sabotava o regime de discussão razoável necessária a um sistema político onde as liberdades públicas fossem garantidas. A verdade é que, nas condições de guerra cultural em que os Portugueses viveram no princípio deste século, nenhum dos contendores poderia dar-se ao luxo de dar liberdade aos seus adversários sem correr o risco de os ver utilizar essa liberdade para conspirar e subverter.

De resto, é sabido que nas vésperas do 28 de Maio quase toda a oposição ao PRP, da extrema-esquerda bolchevizada até à extrema-direita fascizante, se entregara à utopia da «ditadura». Parecia o único modo de libertar o Estado das clientelas do PRP. O próprio Raúl Proença admitiu uma ditadura, embora uma «ditadura democrática», a «boa ditadura»²⁴. Até a liderança do PRP, incomodada pela falta de disciplina parlamentar que ainda existira sob Afonso Costa, suspirava eufemisticamente por um «poder executivo forte» — habilitado, por exemplo, para «promulgar e executar como lei» a proposta de orçamento desde que o parlamento deixasse de a votar por «inércia». Em suma, até no PRP havia quem já estivesse disposto a admitir um arranjo institucional a que os republicanos sempre tinham chamado «ditadura»²⁵. Mas não era o despotismo, diriam os republicanos. Ora também os opositores do PRP diziam o mesmo. Também eles se esforçavam por reduzir as suas propostas ditatoriais à forma mais benigna ou mais efémera possível. Nunca seria um «regime de governo», mas um «recurso provisório de governação».

²² Mário Soares, *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os Anos do Fascismo* (Lisboa, Arcádia, 1974), p. 28.

²³ Alfredo Pimenta, *Nas Vésperas do Estado Novo* (Porto, 1937), pp. 133-136.

²⁴ Raúl Proença, «A ditadura» [1-3-1924], in *Obra Política* (Lisboa, Seara Nova, 1974), vol. III, p. 18.

²⁵ V., e. g., o manifesto dos candidatos a deputados do PRP pelo Porto para as eleições de Novembro de 1925.

Era esse, aliás, o sentido clássico de ditadura: o de *um poder exercido sem fiscalização, mas legalmente (assim se distinguia da tirania)*²⁶. O objectivo da ditadura seria sempre o de recuperar uma «normalidade» abalada. Ainda em 1927 mesmo os defensores da ditadura militar, como constatava um escandalizado Proença, juravam que a finalidade do novo poder era o restabelecimento das liberdades públicas — as quais, subentendia-se, nunca tinham existido sob a República de 1910. Aquilo que verdadeiramente opunha os Portugueses nesta época não era o amor ou a rejeição das liberdades públicas, mas profundas e irredutíveis diferenças culturais. Todos estavam preparados para reivindicarem essas liberdades para si próprios e para as negarem aos outros.

Aliás, é muito provável que um governo do revirvalho não se tivesse distinguido formalmente do da ditadura militar. Tendo em conta a força militar da direita nacionalista, uma vitória do revirvalho (em 1927, 1928 ou 1931) teria sido imediatamente seguida de conspirações e levantamentos do outro lado. Quase de certeza, a subversão nacionalista teria justificado uma ditadura da esquerda. A Liga de Defesa da República, em manifesto redigido por António Sérgio em 1927, avisou logo que só combatia a ditadura militar para instaurar uma «nova ditadura», «administrativa, económica e pedagógica». Na Madeira, em 1931, os revirvalhistas fundaram logo uma «polícia secreta» para «vigilância política»²⁷. Há indícios de que teriam chegado a medidas de maior alcance depois de um golpe feliz. Em 1928, a Liga de Paris e os seus colaboradores assentaram na necessidade de, uma vez no poder, «republicanizar» a «grande imprensa» (género *Século, Diário de Notícias*) para que «não continue sendo lesiva dos superiores interesses da Pátria e da República». Sabemos o que significava «republicanização» quando aplicada ao Estado: saneamentos. O saneamento por que os revirvalhistas ansiavam era de tal modo generoso que, uma vez efectivada a minuciosa republicanização das escolas, eles próprios admitiam que talvez fosse necessário contratar professores estrangeiros para preencher as vagas²⁸. Nos documentos da

²⁶ V., e. g., Alfredo Pimenta, *Nas Vésperas*, p. 45, e F. P. Cunha Leal, *A Obra Intangível do Dr. Oliveira Salazar* (Lisboa, 1930), pp. 11-12. Inicialmente, Salazar afastou-se daqueles que reduziam a ditadura a um mero parêntesis dentro do mesmo regime de 1910. Continuou, porém, a tratá-la como uma «solução política transitória», fundamentalmente uma «anormalidade» (discursos de 1930, in *Discursos* [Coimbra, 1939], vol. 1, pp. 52, 63, 71). No âmbito da teoria de um «Estado nacional e autoritário» já defendeu que as ditaduras não são «parênteses dum regime, mas elas próprias [...] um regime em formação». No entanto, previu ainda um desgosto para aqueles que «nelas supuseram encontrar a suma sabedoria política» (v. discurso de 26-5-1934 in *Discursos*, cit., vol. 1, p. 346).

²⁷ António Fernandes Varão, *Infantaria 13 no Movimento Político da Madeira* (Vigo, 1932), p. 35.

²⁸ V. «Programa revolucionário» [1929], in Oliveira Marques (ed.), *A Unidade da Oposição à Ditadura, 1928-1931* (Lisboa, Europa-América, 1975), p. 97.

Liga de Paris, o projecto de «republicanização» da imprensa acabou por se reduzir à ideia de o Estado subsidiar jornais republicanos. É óbvio que isso não teria chegado para impedir que os grandes diários desafectos persistissem, como antes de 1926, em atacar os «superiores interesses» do regime²⁹. Pelo exemplo da Madeira podemos calcular o que teria acontecido. Na Madeira, em 1931, os jornais hostis à Junta Revolucionária não foram censurados: viram simplesmente as suas oficinas e instalações «requisitadas» pela Junta³⁰. Ou seja: o revirvalho acabou com a censura, mas acabou também com a imprensa da oposição. De resto, os planos de retaliação preparados por alguns revirvalhistas não ficavam a dever nada à mais inflamada imaginação inquisitorial. Entre outras medidas, previam precisamente a punição de todos os jornalistas que tivessem expresso qualquer tipo de estima pela ditadura³¹. Em 1930, o medo de uma «liquidação sumária das responsabilidades», ainda por cima com «intervenção da rua» — isto é, uma reedição das violentas desforras a que os militantes radicais do PRP se tinham entregue depois do colapso dos governos conservadores em 1915, 1919 e 1921 —, era a argamassa que mantinha os ditadores unidos³².

Não se veja nesta hipótese qualquer intenção de denegrir a reputação dos «heróis» do revirvalho ou de desculpar os «vilões» da ditadura. Ao nível a que nos colocamos, que é o da análise histórica, o que interessa é constatar que quem quisesse manter o poder em Portugal na transição da década de 1920 para a década de 1930 não podia dispensar o uso da coacção e da violência.

²⁹ V. actas da Comissão de Unidade, Maio-Junho de 1928, in Marques (ed.), *A Unidade da Oposição*, cit., pp. 37 e 87.

³⁰ João Soares, *A Revolta da Madeira: Documentos* (Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1979), pp. 26 e 61.

³¹ Em 1932, o general Sousa Dias previa a instituição de uma espécie de inquisição revirvalhista, com três «comissões de saneamento», uma do Norte, outra do Centro e outra do Sul, com delegações ao nível das sedes de concelho. Todas seriam integradas por indivíduos presos, deportados ou exilados durante a ditadura. Teriam alçada para inquirir dos actos de todos os apoiantes e colaboradores da ditadura na administração civil e em organizações políticas. Seriam ainda puníveis todos os indivíduos que se tivessem manifestado a favor da ditadura por «incitamentos escritos e orais», especialmente na imprensa. Para apurar responsabilidades, as comissões convidariam todos os cidadãos a «prestarem esclarecimentos» e «fazer acusações». Os processos resultantes deste sistema de delação seriam julgados em tribunais especiais, também integrados de preferência por ex-presos, exilados ou deportados, e com restrições do direito de defesa. No caso da imprensa, a missão das comissões consistia em avaliar a «forma como a imprensa cumpriu a sua missão, preparando o advento da mesma ditadura e durante o decurso desta». As inquirições abrangeriam «directores de jornais, empresas proprietárias e articulistas». Os colaboradores da ditadura estariam sujeitos a penas de prisão, multas, inibição de emprego no Estado ou em empresas ligadas ao Estado e suspensão de direitos políticos. O projecto, extraordinariamente minucioso e formalizado, erigia os revirvalhistas, uma vez vencedores, em tribunal para julgar e punir a nação pelo pecado de haver aceite a ditadura [v. Marques (ed.), *O General Sousa Dias*, cit., pp. 204-221].

³² V., e. g., Ivens Ferraz, *A Ascensão*, cit., p. 166.

«É preciso ser cruel para alguns para bem da Pátria», lembrava Raúl Proença aos seus correligionários logo em Novembro de 1926. Proença, então em campanha denodada contra a ditadura, revoltava-se com a ideia de um sistema de censura à imprensa, mas não tinha ilusões: «Se não ousais, eles ousarão um dia. Se os não subjardes, eles vos subjugarão. É desde hoje uma luta de vida ou de morte³³.»

Em suma, *o revirvalho representou a determinação de uma corrente política em derrubar a ditadura militar violentamente, fossem quais fossem as promessas e garantias dadas pelos ditadores acerca do restabelecimento das instituições representativas e das liberdades públicas*. Para o revirvalho, desde que os ditadores se mantivessem no poder, quaisquer liberdades seriam sempre de menos e qualquer resultado eleitoral seria sempre falso, porque o seu objectivo era afastar do governo as opiniões políticas representadas na ditadura. Já tinha sido esta a atitude do PRP perante a monarquia antes de 1910. Da mesma maneira, uma vez o revirvalho no poder, saneamentos, prisões, limitação da liberdade de imprensa — tudo seria admissível em nome da defesa da República e da «liberdade». Portanto, há que concluir que *as forças políticas que apoiavam a ditadura militar não combateram a «democracia» por ela representar o exercício do poder pela população ou a garantia das liberdades públicas, mas porque a autodenominada democracia de 1910 consubstanciava o domínio de forças políticas de que elas discordavam; analogamente, as forças políticas que se opuseram à ditadura militar não combateram a «ditadura» por ela representar o exercício autocrático do poder, mas porque suspeitavam de que a ditadura de 1926 abriria o Estado à influência de forças políticas contrárias*. Por detrás deste confronto estava a profunda guerra cultural aberta em Portugal pela conquista do Estado pelo PRP em 1910³⁴. Este esclarecimento é absolutamente fundamental quando se procura uma interpretação do revirvalho que não seja apenas a glosa dos mitos e alegorias do romantismo anti-salazarista.

2. A SEGUNDA REPÚBLICA DO REVIRVALHO

Quem era então o revirvalho? A identidade e dimensão do revirvalho não é imediatamente óbvia. Em primeiro lugar, porque não é fácil descobrir

³³ Raúl Proença, «A ditadura. História e análise de um crime» [Novembro de 1926], in *Obra Política*, cit., vol. III, pp. 224-225.

³⁴ Para uma amostra do que foi a guerra republicana contra os costumes e valores das populações do país, v. a recente monografia de David Luna de Carvalho, *Os Alevantes da Memória. Resistências Populares à Política Religiosa da 1.ª República no Concelho de Nordeste da Ilha de S. Miguel, 1911* (Lisboa, Salamandra, 1999).

quem conspirava e quem lutava contra a ditadura militar. Será sempre impossível documentar inteiramente qualquer interpretação das conspirações e manobras políticas e militares de 1926-1931. Estamos dependentes de fontes parciais e interessadas, como as descobertas da polícia e as confissões dos conspiradores. Todas as conspirações foram compósitas, com vários grupos e objectivos. As hesitações e a abstenção de muitos cúmplices no momento de «sair à rua» deixaram sempre grandes áreas na obscuridade. Muito provavelmente, só a vitória poderia ter revelado a verdadeira dimensão do revirvalho.

Perante estas dificuldades, a investigação de Luís Farinha representa um esforço notável e seguro. Nem sempre, porém, dirigido da maneira mais interessante. A sua tentativa de definir o revirvalho sociologicamente foi uma opção manifestamente infeliz. Os critérios utilizados para arrumar os revirvalhistas por classes sociais são altamente discutíveis. Por exemplo: serventes de pedreiro e empregados de comércio não faziam parte da mesma classe (pp. 186-187). De resto, o autor vê-se frequentemente em apuros para distinguir o que é característico do grupo analisado do que é simples reflexo da estrutura geral da população. 7,9% de gente oriunda da «classe média» é pouco ou muito? O exercício, mesmo assim, tem uma utilidade: prova, ao contrário do que sustentou durante anos a historiografia de inspiração socialista, que não foi por causa de se terem distanciado dos trabalhadores urbanos sindicalizados que os republicanos perderam a guerra de 1926-1931. Mas é na análise dos 200 principais protagonistas do revirvalho que a aproximação sociológica claudica (pp. 267-284). O autor descobriu que a maioria tinham sido deputados, membros do governo e da administração sob a República de 1910-1926. Ora o que importava era compreender o que levou estes deputados e administradores republicanos à revolução, quando outros — a maioria — o não fizeram. Para tanto teria sido necessário incluir na análise as elites republicanas não revirvalhistas, de modo a tentar perceber se, sociologicamente, algo distinguia o revirvalhista do não revirvalhista. Creio que semelhante estudo teria revelado, muito possivelmente, que, para identificar o revirvalho, a identidade social é menos importante do que as relações políticas. Um estudo prosopográfico dos seus membros mais activos, em vez de quadros estatísticos anónimos, poderia ter sido mais iluminante. Para isso, porém, o autor precisaria de ter dado mais atenção à época anterior a 1926³⁵.

Luís Farinha nota que o grupo mais furioso e intransigente contra a ditadura militar foi o da Liga de Defesa da República, sediada em Paris. A Liga englobava antigos maiores do PRP, como Afonso Costa, Álvaro de Castro e

³⁵ O autor subscreve demasiados *canards* sobre a época anterior a 1926, como o de que a «ditadura» de Pimenta de Castro, em 1915, representou a tomada do poder pela «direita monárquica, católica e reaccionária» (p. 289).

José Domingues dos Santos, alguns dos principais colaboradores da revista *Seara Nova*, como os escritores Jaime Cortesão e António Sérgio, e estava em contacto com conspiradores militares, como Jaime de Moraes. A gente da Liga esteve presente em quase todas as empresas de maior ambição da oposição revolucionária, desde a revolta de 3 de Fevereiro de 1927 no Porto até à constituição da Frente Popular Portuguesa, em Espanha, em Setembro de 1936. Farinha acaba mesmo por usar revirinho quase como sinónimo da Liga de Paris e dos seus satélites militares. Como Luís Farinha nota, porém, a guerra à ditadura passou por vários grupos e indivíduos e veio de pontos diversos do espectro político. No entanto, deve-se aos membros da Liga de Paris o maior esforço para dar organização, consistência e continuidade a essa guerra. Se havia «um revirinho», os «liguistas» certamente que o representavam³⁶. Ora os líderes da Liga de Paris haviam-se separado do PRP a seguir a 1919. Álvaro de Castro e José Domingues dos Santos tinham mesmo fundado novos partidos: respectivamente, o Partido Republicano de Reconstituição Nacional (1920) e o Partido Republicano da Esquerda Democrática (1925). O revirinho, na medida em que sugeria o regresso a antes de 1926, era um termo injusto para os designar.

Os principais revirinhistas tinham-se já cruzado num projecto de reformar a República, o do governo de Álvaro de Castro de 1923. Neste gabinete estiveram comprometidos todos os futuros membros da Liga de Paris, desde o grupo da *Seara Nova* até José Domingues dos Santos e Afonso Costa. O governo de Álvaro de Castro quis romper tanto com a inflação como com a tradição de violência anticlerical da República. O célebre grito de guerra de Álvaro de Castro, «a circulação fiduciária, eis o inimigo!», indicava precisamente essa transformação de valores. Era um projecto antigo dos antigos quadros intelectuais do PRP. Já desde antes de 1914 que os jovens oficiais liderados por Álvaro de Castro (os «Jovens Turcos») e os escritores e artistas da Renascença Portuguesa se esforçavam por corrigir o autismo livre-pensador e plebeu do regime. Era o sectarismo que, segundo eles, tornava a República odiosa e impedia que a maioria da população a aceitasse. Note-se que estes reformadores não desejavam acabar com a ascendência dos republicanos. Queriam apenas torná-la aceitável. O consenso à volta do regime prometia uma certa vantagem política: permitiria aos líderes do PRP libertarem-se da necessidade de prestar vassalagem à agitação lisboeta que os levara ao poder em 1910. Já fora esse o plano daqueles que, atrás de Manuel Brito Camacho e de António José de Almeida, haviam saído do PRP em

³⁶ Obviamente, também houve vacilações e desvios dentro do círculo da Liga de Paris. Mas a tendência era para insistirem intransigentemente no recurso à violência. V., e. g., as actas de 20 e 22-10-1927 das reuniões da Liga de Paris em Oliveira Marques (ed.), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar* (Lisboa, Europa-América, 1976), pp. 33-38.

1911 para formar a chamada «direita republicana». Os «Jovens Turcos» conservaram-se dentro do PRP, mas em contacto com a direita, especialmente com os camachistas. Por causa disto, Álvaro de Castro foi sempre o bombo da festa dos radicais nos congressos do PRP. Antes de 1917, a esperança de Castro era que Afonso Costa, o líder do PRP, se decidisse a afastar-se do facciosismo anticlerical e a «nacionalizar» a República. Por isso, os Jovens Turcos e os renascentistas, como Jaime Cortesão, entusiasmaram-se com a intervenção na grande guerra europeia e com a defesa do império, causas supostamente úteis para reunir os patriotas à volta do regime³⁷. Em 1915 participaram no levantamento de 14 de Maio, em que viram uma ocasião para renovar a República. Sofreram então uma primeira decepção. Depois saíram com os corpos expedicionários da Flandres e de África para sofrerem a decepção final. Só a «superioridade» que reconheciam a Afonso Costa os manteve no PRP³⁸. Após o despedimento de Costa, em 1919, foram-se despegando do PRP. A sua força era mais intelectual e militar do que propriamente partidária. Publicavam revistas, faziam conferências e mantinham contactos nos quartéis. Mas era António Maria da Silva quem dominava o aparelho do PRP e as eleições. Os dissidentes esperavam fazer regressar Costa para os ajudar a domar, com o seu antigo carisma, os tarimbeiros do PRP. Foi este sebastianismo que animou o ministério de Álvaro de Castro em 1923. Com a bênção do presidente Manuel Teixeira Gomes, o plano era preparar o fulminante advento de um grande gabinete republicano chefiado pelo próprio Afonso Costa³⁹. Teria sido um governo de «competências», a *revanche* dos antigos quadros e intelectuais dissidentes do PRP, unidos para sanear as finanças públicas, encetar uma nova política social e colonial e remeter os velhos ídolos radicais para a prateleira, a começar pelos pruridos parlamentaristas. Em 1923, Salazar ironizou sobre o novo tipo de «ditadura com o parlamento aberto» que Álvaro de Castro praticava⁴⁰. Foi então que Raúl Proença apareceu a admitir uma «ditadura democrática». Como seria de esperar, Afonso Costa acabou por não vir e o governo de Castro desmoronou-se perante a fúria que no meio dos radicais lisboetas despertaram «ministros reaccionários» como António Sérgio. De facto, muitas das opiniões de Álvaro de Castro e dos seus amigos eram iguais às da direita. Desejavam o fim dos partidos políticos, ou a restrição da sua influência, em nome da «unidade republicana»; aceitavam a necessi-

³⁷ Sobre Álvaro de Castro e os «Jovens Turcos» do PRP, v. Rui Ramos, *Segunda Fundação*, cit., pp. 440, 465 e 510-512, e «Álvaro de Castro», in M. F. Mónica e A. Barreto (eds.), *Dicionário de História de Portugal* (Porto, Figueirinhas, 1999), vol. 1, pp. 254-256.

³⁸ Ramos, *A Segunda Fundação*, cit., p. 525.

³⁹ V. Rui Ramos, «Afonso Costa», in M. F. Mónica e A. Barreto (eds.), *Dicionário de História de Portugal*, cit., vol. 1, pp. 440-442.

⁴⁰ V. Oliveira Salazar, artigo no *Novidades* de 18-6-1924, agora em *Inéditos e Dispersos*, ed. de M. B. da Cruz (Venda Nova, Bertrand, 1997), vol. 1, pp. 339-345.

dade de um governo de excepção; prometiam o apaziguamento religioso; sugeriam uma assembleia corporativa para completar o parlamento. O programa de «vida nova» da Liga de Paris, redigido por António Sérgio, poderia, sem muitas emendas, ter sido adoptado pela ditadura. De facto, um republicano menos amigo de inovações, como o general Sousa Dias, não hesitou em classificá-lo como «ditatorial» (cit. por Farinha, p. 160).

A posição política do revirinho é ambígua: em termos do século XX, estavam à esquerda do PRP, porque preferiam uma política social e admitiam a aliança com os socialistas e comunistas; do ponto de vista do século XIX, estavam à direita, porque recusavam o anticlericalismo, que tradicionalmente definira os radicais, e também se entendiam com gente da direita, até com monárquicos e fascistas. Já antes de 1926 os seareiros haviam chegado a conviver com os integralistas na aliança dos homens livres e Álvaro de Castro falara com os oficiais conservadores do exército. No entanto, nunca renegaram a «ideia republicana». Não perderam o culto do 5 de Outubro e a consciência de que não eram católicos. Enquanto grupo, jamais exibiram o à-vontade iconoclástico de alguém como Cunha Leal perante os heróis e as causas clássicas do PRP. Afonso Costa, pelo seu lado, apenas aprendeu que a República devia avançar ainda «mais para a esquerda».

A verdade é que o revirinho não era estranho à ditadura militar. Como dizia um correspondente de Bernardino Machado, um dos problemas dos revirinhistas perante a opinião republicana é que eles «eram precisamente considerados obreiros involuntários da ditadura» (carta de A. Buisel a B. Machado de 19-6-1931, cit. a p. 175)⁴¹. Chamar-lhes «padrinhos da ditadura»⁴² era outra maneira de descrever o complexo parentesco que os unia a essa «ditadura de Saturno», como lhe chamou Cunha Leal⁴³, embora impropriamente, porque a ditadura devorava os pais, e não os filhos. Os revirinhistas eram «obreiros» e «padrinhos» da ditadura em mais de um sentido. Devido ao império parlamentar de António Maria da Silva, foram sempre golpistas, muito antes de 1926. Álvaro de Castro conspirou com os oficiais da direita que viriam a fazer o 28 de Maio. José Domingues dos Santos apostara num golpe de Estado mais constitucional, exigindo a dissolução do parlamento ao presidente Teixeira Gomes. Depois, andou a chamar o exército à intervenção e também ele conversou com os oficiais da direita, como o coronel Raúl Esteves revelou durante o julgamento dos golpistas de 18 de Abril de 1925. De resto, todos estes políticos tinham experiência de conjuras e golpes de quartel, vícios apanhados desde os tempos de Pimenta de Castro e Sidónio Pais.

⁴¹ V. também as acusações de Agatão Lança, carta a Bernardino Machado de 6-5-1929, in Marques (ed.), *Unidade da Oposição*, cit., p. 83.

⁴² António Ruas, *Questões de Hoje e Amanhã* (Lisboa, 1939), pp. 13-14.

⁴³ Cunha Leal, *Eu, os Políticos e a Nação* (Lisboa, 1926), p. xli.

O 28 de Maio de 1926 foi, como hoje bem se sabe, a atrapalhada coincidência de vários golpes. No Verão de 1926, os comandos militares conservadores constituíram o que todos chamavam uma *situação*, um compromisso entre várias correntes e individualidades, sustentado em última instância pelo sentido corporativo do exército. Apesar de os militares, de facto, estarem divididos (como se viu), a ditadura militar continuou a reivindicar a representação do exército como instituição apartidária, de tal modo que só a revolta contra a ditadura representasse um engajamento ideológico. Inicialmente, os ditadores tentaram aliciar os futuros reviralhistas para o governo ou obter a sua neutralidade. Álvaro de Castro foi tentado com o cargo de alto comissário em Moçambique. O próprio Afonso Costa reagiu ambigualmente. Em 1932, quando um entrevistador lhe perguntou qual tinha sido a sua primeira atitude perante o 28 de Maio, fez-se misterioso: «Prefiro não me explicar claramente sobre este assunto⁴⁴». Álvaro de Castro e os seus amigos optaram, no entanto, por desafiar a ditadura. Decididos, no entanto, a dispensar a ajuda do «povo republicano» para evitar outro «19 de Outubro» (de 1921), apostaram nos quartéis. Mais tarde contaram com a colaboração de sindicalistas e sobretudo com os reforços trazidos pelas sucessivas levas de despeitados do regime. Ao longo destes anos, o foco subversivo deslocou-se de Lisboa e Porto para as ilhas e o ultramar. Nos quartéis, consumidos os oficiais, recorreu-se aos sargentos.

Os reviralhistas tentaram capitalizar a opinião republicana inconformada com as cedências a católicos e monárquicos. O próprio Álvaro de Castro, em 1926, não teve escrúpulos em anunciar que o desígnio da ditadura era «a restauração da monarquia». Por isso, houve sempre gente do PRP que gravitou à volta do revirvalho. Os próprios reviralhistas esforçaram-se por comprometer os velhos «bonzos». Já em 1927, porém, Castro tornava claro que o objectivo do revirvalho não devia ser o regresso à «normalidade constitucional»: «é necessário proclamar a Segunda República» e por isso «não há que atender ao que existiu anteriormente»⁴⁵. A guerra civil de 1926-1931 foi, sobretudo, um combate interno ao campo dos «obreiros da ditadura». Isto ainda se tornou mais óbvio quando a ascensão de Salazar fez antigos apoiantes da ditadura juntarem-se ao revirvalho: a direita republicana de Cunha Leal depois de 1930 e os fascistas e monárquicos, antigos seguidores de António Sardinha e admiradores de Paiva Couceiro, nos meados da década de 1930.

⁴⁴ Armando Aguiar, *A Ditadura*, cit., p. 79.

⁴⁵ V. carta de Álvaro de Castro ao general Sousa Dias de 1-4-1927, in Oliveira Marques (ed.), *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura, 1926-1931* (Lisboa, D. Quixote, 1975), pp. 75-76; a mesma tese da ruptura defendida por Afonso Costa e Jaime Cortesão em 1928, nas actas da Comissão de Unidade, in Marques (ed.), *Unidade da Oposição*, cit., pp. 44-45.

O fracasso dos reviralhistas foi principalmente militar. As revoluções de 1927 levantaram mais gente e gente mais decidida do que aqueles que em 5 de Outubro de 1910 derrubaram a monarquia. Nos quartéis, tal como durante o 5 de Outubro, os revoltosos puderam contar sempre com a adesão dos sargentos e com a neutralidade comodista da maioria dos oficiais⁴⁶. As fileiras continuavam, tal como em 1910, a fornecer soldados muito medianamente preparados para combate⁴⁷. O que quer dizer que a resolução e o voluntarismo de uma minoria fez a diferença. Ora, ao contrário do 5 de Outubro, a minoria dos revoltosos encontrou pela frente outra minoria tão decidida como eles, a dos «tenentes de Maio». Intoxicados de «nacionalismo», os «tenentes» sentiam-se uma «novíssima maçonaria» em cruzada contra «os velhos políticos»⁴⁸. Experimentados na grande guerra, tinham ido, em matéria de combate, para além dos exercícios teóricos das escolas militares. Por tudo isto, acreditavam ser ideológica e profissionalmente superiores ao adversário⁴⁹. Foram eles que emprestaram à ditadura uma firmeza que desorientou os seus adversários. A «força do inimigo», como um dos reviralhistas reconheceu, foi a principal causa da derrota do revirvalho (capitão Nuno Cruz, cit. por Farinha, p. 17). E a derrota militar do revirvalho, por sua vez, desmoralizou todos aqueles que, ainda cheios de expectativas em 1927, teriam certamente aparecido a vitoriar os reviralhistas se as coisas corressem bem. No entanto, a derrota militar dos reviralhistas poupou-os talvez à derrota política. Aqui é preciso, mais uma vez, voltar a antes de 1926. Em 1927, a anedota era que «o 14 de Maio este ano é em Fevereiro». O revirvalho lembra, de facto, o 14 de Maio de 1915. A junta que fez o golpe de 1915 também quis aparecer como independente para renovar a República. O que aconteceu foi que ficaram submergidos pelo PRP no Verão de 1915. Ora a questão política em 1926 era a de saber se, derrubada a ditadura, seria possível evitar a restituição do PRP ao poder. Os reviralhistas foram sempre peremptórios nas suas declarações de que o regresso ao *status quo* anterior a 1926 estava fora de questão. Nunca convenceram ninguém (nem possivelmente a si próprios) pela simples razão de que, no campo da opinião republicana, quem pesava politicamente era o PRP. Mais do que ninguém, os maiorais do PRP sabiam disso. Portanto, sempre que convidados para golpes, exigiram à partida os lugares do futuro governo, para grande irritação dos reviralhistas. Estes, por sua vez, atribuíram sempre as suas derrotas às intenções reservadas, indecisões e demora dos líderes do PRP⁵⁰.

⁴⁶ V., e. g., major António Fernandes Varão, *Infantaria 13 no Movimento Político da Madeira*, p. 17.

⁴⁷ Varão, *Infantaria*, cit., pp. 26 e 61.

⁴⁸ Tenente Horácio de Assis Gonçalves, *Intimidades de Salazar* (Lisboa, 1971), p. 176.

⁴⁹ Capitão David Neto, *Doa a Quem Doer* (Porto, 1933), pp. 138-139.

⁵⁰ Capitão João Sarmento Pimentel, *Memórias do Capitão* (Porto, Inova, 1974), pp. 212-213.

A massa do PRP podia não ter razões para ajudar a ditadura, especialmente o católico Salazar, mas também as teve cada vez menos para se entusiasmar com a Segunda República anunciada pelo revirvalho. Entre os deportados e exilados cresceu um verdadeiro rancor contra aqueles republicanos que em Portugal viviam pacatamente e que os reviralhistas consideravam precisamente «os principais responsáveis pela situação que deu lugar ao movimento de 28 de Maio de 1926»⁵¹. Mesmo aqueles que ainda se consideravam «constitucionais» em 1927 depressa se afundaram numa raiva indiscriminada dirigida contra a antiga classe política republicana, que não se mexia, e contra o próprio «povo» em geral⁵². Não foi por acaso que os órgãos da situação divulgaram o famoso «Memorial» dos revoltosos de Agosto de 1931. Aí se anunciava cruamente o desígnio de demitir todas as autoridades até ao nível local e de tratar como criminosos de delito comum todos aqueles que tivessem «colaborado, usufruído ou aproveitado» sob a ditadura (resumo a p. 192). Deixava-se, assim, uma larga margem de manobra para retaliações. Ninguém que não tivesse cumprido os seus «deveres republicanos», isto é, pegado em armas e passado pela prisão ou pelo exílio, poderia estar seguro contra a futura inquisição reviralhista da Segunda República⁵³. No caso de um triunfo do revirvalho, o que esperava os republicanos do interior não era a festa do regresso ao poder, mas os rigores do juízo final às mãos de uma oligarquia de mártires. Os reviralhistas, sempre os mesmos ou cada vez menos, foram-se assim recolhendo a uma concha de ressentimento e cinismo que mais os isolou da própria «massa republicana» que diziam representar.

Um dos aspectos mais interessantes do livro de Farinha é a revelação das divisões entre a linha golpista do reviralhismo exilado, que queria a guerra civil, e a linha pacifista dos opositores no interior do país, que preferiam alguma forma de pacto com a ditadura. Infelizmente, Farinha, demasiado encantado pela «luta heróica» do revirvalho, não explorou esse filão. Bernardino Machado, que desde sempre quisera fazer a ponte entre as facções republicanas, preferia a reunificação do PRP e a luta legal, como antes de 1910 — apesar de se ver obrigado a presidir a conciliábulos de reviralhistas. Norton de Matos, que iria surgir como líder da Aliança Republicana e Socialista, pronta para disputar as eleições previstas para 1931, percebera

⁵¹ Representação de A. F. Varão de 4-10-1928 in Marques (ed.), *O General Sousa Dias*, cit., p. 49.

⁵² V., e. g., correspondência de Sousa Dias in Marques (ed.), *O General Sousa Dias*, cit., pp. 266-267.

⁵³ V., por exemplo, as propostas elaboradas pelo general Sousa Dias em 1932, in Oliveira Marques (ed.), *O General Sousa Dias*, cit., pp. 198-204. Estava prevista a passagem à reserva ou demissão de todos os quadros militares que não tivessem tomado parte activa na resistência à ditadura. Na prática, tratava-se da dissolução do exército existente e da formação de uma nova força armada sob o comando dos oficiais exilados e deportados.

que não havia força militar para confrontar o exército da ditadura. Por isso, acreditava que só pela via da negociação e propaganda seria possível avançar (v. carta de Norton de Matos cit. por Farinha, p. 142). Consequentemente, evitou identificar-se publicamente com o revirvalho⁵⁴. As direitas da ditadura temeram as suas manobras para «desunir cada vez mais as gentes da situação»⁵⁵. Quanto a António Maria da Silva e ao PRP, o próprio Farinha sublinha que a via pacífica foi sempre a sua favorita (pp. 141-142). É verdade que os reviralhistas da Liga de Paris sempre se esforçaram por aliciar, comprometer ou submeter os líderes do PRP, a começar por aqueles que colaboraram no 3 de Fevereiro de 1927. Também a direcção do PRP mostrou interesse em andar a par das conspirações e salvaguardar um lugar numa nova situação. Bernardino Machado, exilado, continuou a presidir a estes esforços de convívio. Mas a tensão entre a Liga e o PRP veio sempre ao de cima. O PRP nunca apreciou a «nova ditadura» prometida pelos reviralhistas⁵⁶. «Nunca conspirei», jurou Silva numa entrevista. «De resto, não é preciso lançar mão de tal meio⁵⁷.» O revirvalho mais intransigente nunca deixou de desconfiar dele. Silva recusou-se sempre a admitir que tivesse havido grandes razões para o 28 de Maio. Tudo, para ele, tinham sido questões pouco transcendentes, que poderiam ter sido resolvidas de outra maneira, sem o golpe e a ditadura militar⁵⁸. Silva declarara-se, já antes de 1926, disposto a reformar o parlamentarismo e a pôr termo à guerra anti-clerical. Sentia-se mesmo um conservador. Tal como Norton de Matos, era um anticomunista rigoroso, o que o separava dos reviralhistas, entregues a uma política oportunista de alianças com a extrema-esquerda. Em Dezembro de 1925, um dos grandes objectivos que anunciara para o seu novo governo já tinha sido o combate à legião vermelha. Uma ditadura como a de Mussolini parecia-lhe justificada para barrar o caminho ao bolchevismo. Não acreditava, no entanto, que houvesse um perigo comunista em Portugal e por isso achava desnecessária a ditadura de 1926⁵⁹. Quer isto dizer que para Silva foi sempre possível um

⁵⁴ Em 1949, durante a campanha para a Presidência da República, o general foi incomodado pelos documentos de uma proposta de aliança anticomunista que fizera à ditadura logo a seguir ao 3 de Fevereiro de 1927 (v. Moniz, *Campanha Eleitoral*, cit., pp. 264 e segs.). Em Dezembro de 1926 ainda servira como um dos membros do júri que julgou o coronel João de Almeida, acusado de insurreição (v. Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, Lisboa, 1968, vol. III, p. 65).

⁵⁵ Tenente Assis Gonçalves, informação de 3-1-1933, in *Relatórios para Oliveira Salazar (1931-1939)*, Lisboa, Comissão do Livro Negro, 1981, p. 46.

⁵⁶ V. «Os emigrados do PRP em Paris e a Liga de Defesa da República», folheto, in Marques (ed.), *A Literatura Clandestina*, cit., vol. II, n.º 71, p. 174.

⁵⁷ Aguiar, *A Ditadura*, p. 133. V. também as declarações de Sebastião Magalhães Lima, o grão-mestre da maçonaria próxima do PRP, *ibid.*, pp. 167-168.

⁵⁸ Rolão Preto, entrevista a João Medina, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo*, Lisboa, Bertrand, 1978, p. 165.

⁵⁹ Aguiar, *A Ditadura*, cit., pp. 132-133.

entendimento com a ditadura militar. Pelo menos, até à afirmação de Salazar. Aliás, já antes mesmo do 28 de Maio Silva procurara negociar com uma parte dos golpistas. É compreensível. Só o exército poderia parar o PRP, porque não havia outra força política organizada capaz de enfrentar o partido que dominava a administração pública. A verdadeira estratégia, portanto, seria, a cavalo do sentimentalismo republicano e de algumas promessas de moderação, minar a ditadura, dividi-la, fazê-la hesitar. A estratégia de confronto intransigente do revirvalho teve precisamente o efeito contrário: uniu a ditadura, deu razão aos duros, que queriam represálias e um corte radical com o passado. Aqueles republicanos que tinham estado inicialmente com a ditadura queixaram-se sempre dessa atitude contraproducente do reviralhismo⁶⁰.

O reviralhismo esgotou-se, mas nunca se conformou. É que o seu objetivo não era a restauração das «liberdades», mas, sem pieguices, «a aplicação de sanções e a republicanização do Estado», como sublinhava em 1928 um grupo de combatentes do 3 de Fevereiro, alertando para o perigo de uma transição pacífica impedir precisamente a *revanche* por que todos os exilados e deportados suspiravam⁶¹. O reviralhismo fez-se cada vez mais intolerante, ressentido e desesperado. Em 1931, Cunha Leal explicara aos reviralhistas que a ditadura podara o exército de tal maneira que já não restava gente para um «golpe de mão» nos quartéis de Lisboa, como o revirvalho queria. Quando muito, ficara uma massa de indiferentes, que poderia abafar os oficiais direitistas e sustentar uma «transição» moderada e consensual. A alternativa à «transição» era unicamente uma «insurreição geral do país», isto é, a guerra civil. José Domingues dos Santos não hesitou: então era preciso ir para a «guerra civil», com a mobilização dos «revolucionários civis» e da «província»⁶². A determinada altura Farinha pergunta em que medida a via pacífica prejudicou o revirvalho (p. 143). Teria sido mais justo fazer a pergunta de outra maneira: em que medida o revirvalho destruiu a possibilidade de uma transição pacífica. Entre 1928 e 1930 os generais que comandavam a ditadura, mesmo contra as inclinações das «direitas da situação», pareciam susceptíveis de uma «política de acalmação». Figuras do «passado» foram sondadas para possíveis combinações ministeriais e arranjos eleitorais. Silva e o PRP estavam abertos a este compromisso. Terá a contumácia conspirativa do revirvalho impedido a evolução para uma república conservadora, como a república espanhola de 1933-1936, baseada na aliança do Partido Radical de Alejandro Lerroux (um radical convertido, como António

⁶⁰ V., e. g., Cunha Leal, *A Obra Intangível*, cit., pp. 19-20.

⁶¹ V. carta de Norton de Matos de 27-4-1928 in Marques (ed.), *O General Sousa Dias*, cit., p. 89.

⁶² V. actas da conferência de Beyris de Novembro de 1931 e proposta de José Domingues dos Santos de 6-8-1931, in Marques, *Unidade da Oposição*, pp. 127-128 e 144.

Maria da Silva) com a CEDA de Calvo Sotelo? Como o autor sublinha, foram os golpes de 1931, tentativa para aproveitar a atmosfera insurreccional da Península Ibérica, que justificaram o adiamento das eleições e reforçaram a posição de Salazar (p. 144)⁶³. Da mesma forma, já tinha sido, em parte, a campanha do revirvalho que fez gorar as operações de crédito de 1927-1928 e levou os ditadores a submeterem-se à «ditadura financeira» de Salazar.

É preciso então rever os motivos do revirvalho. Os revirvalhistas eram intransigentes para com a ditadura e resistiam à sugestão de uma «transição» porque sabiam que só com um golpe ou revolução liderados por eles teriam hipóteses de suplantar o PRP e fundar a sua Segunda República. A transição pacífica seria o fim do revirvalho. Daí também a inicial insistência do revirvalho no método da conspiração militar, secreta e exclusivista, e o seu declarado objectivo de liquidar os antigos partidos. Não eram preocupações de eficiência e isenção. Eram o resultado da decisão de manter o PRP afastado do poder. É imprescindível sair aqui do círculo mágico da mitologia antifascista e reconhecer que o combate militar e sem quartel à ditadura era, para os revirvalhistas, uma forma indirecta de combater o PRP e de se afirmarem como os líderes de um novo movimento republicano unificado, do «grande e único partido republicano», como lhe chamava Afonso Costa⁶⁴.

A prioridade que os revirvalhistas davam à luta dentro do campo republicano não provinha simplesmente de curteza de vistas. Era mais do que isso: uma cegueira metafísica. Durante demasiado tempo, os republicanos estiveram tranquilos quanto ao resultado final. A história que eles viviam não era a da emergência da Europa autoritária da década de 1930 (que é o fio condutor seguido pela historiografia de hoje), mas a de um inevitável progresso igualitário e livre-pensador. As contrariedades eventuais não passavam de ocasiões para os agentes desse progresso expiarem erros e refinarem métodos. Afinal, tanto Pimenta de Castro, em 1915, como Sidónio Pais, em 1918, tinham baqueado ao desafiar o poder do PRP. O mesmo, mais tarde ou mais cedo, aconteceria a esta nova impertinência da «reacção». Portanto, restringir o espaço de manobra de futuros rivais pelo poder foi, entre os republicanos, mais importante do que actualmente eliminar uma ditadura que eles sempre viram como «condenada» pela história e pelas notórias divisões entre os ditadores. Cada pronunciamento foi sempre singelamente entendido pelos seus protagonistas como a «sacudidela» que faltava⁶⁵. A grande questão, para os revirvalhistas, consistia em definir quem tinha o «direito de organizar e comandar a restauração da República». Nunca aprenderam nada,

⁶³ Da mesma opinião, Fernando Rosas, *O Estado Novo*, vol. 7 da *História de Portugal*, dir. de J. Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 157, 187 e 203-204.

⁶⁴ Aguiar, *A Ditadura*, cit., p. 83.

⁶⁵ V., e. g., António Fernandes Varão, *Infantaria* 13, p. 16.

como constatou João Sarmento Pimentel quando regressou ao seu convívio em 1931, quatro anos depois da derrota do 3 de Fevereiro, para cair no meio de «discussões de junta de paróquia». «Até duelos estavam aprazados para depois do regresso a Portugal⁶⁶.»

O revirvalho serviu Salazar muito bem. Permitiu aos mais intransigentes da «situação» insinuar que toda a oposição legal ou tolerada, como a ARS em Junho e Julho de 1931, não passava de um elemento da conjura extremista e que, portanto, não valia a pena imaginar que um regresso à «normalidade» resolveria o problema da subversão⁶⁷. Eram acusações de que a oposição não podia defender-se sem, por outro lado, ser declarada traidora pelos reviralhistas. O revirvalho retirava, assim, credibilidade a qualquer oposição pacífica, quer junto da opinião situacionista, quer junto da opinião oposicionista. Mesmo depois do fracasso das revoltas de 1931, Afonso Costa, José Domingues dos Santos e o demais reviralhismo recusaram renunciar à luta armada (p. 202). Incapazes de galvanizar a opinião republicana, procuraram companhia entre comunistas formados em Moscovo e fascistas decepcionados com Salazar. Afonso Costa acrescentou ao anticlericalismo, de que foi o único chefe reviralhista a manter-se cultor público, uma raiva socialista que o fazia proclamar, em 1932, que «o capitalismo tem os seus dias contados». Radicalizados, os reviralhistas deixaram-se enleiar em manobras com os jovens quadros comunistas, os quais aproveitaram o falhanço das conspirações militares para desacreditar o «sebastianismo reviralhista» e lhe disputar a hegemonia da oposição intransigente ao salazarismo⁶⁸. Desta forma, o revirvalho criou o impasse político que permitiu a sobrevivência da *situação* e o estabelecimento do Estado Novo. A guerra de 1927-1931 gerou, na política portuguesa, um abismo de desconfiança e rancor que nunca seria colmatado. A decisão dos reviralhistas em disputar violentamente a sucessão do PRP, depois reforçada pelos despeitados da situação e pelos extremistas, envenenou o clima político para sempre. A partir daqui, ninguém na oposição e ninguém na situação poderia atrever-se a revelar sinais de tolerância sem isso ser interpretado como fraqueza ou traição.

3. CONCLUSÕES

O revirvalho tinha dois objectivos: primeiro, impedir o regresso do PRP; depois, substituir a ditadura militar por outra ditadura, uma «ditadura pe-

⁶⁶ Sarmento Pimentel, *Memórias*, cit., pp. 334, 341 e 343.

⁶⁷ Ivens Ferraz notou que em 1929 a «apatia conspiratória» do revirvalho «chegou a irritar os mais ardentes defensores da ditadura», isto é, a direita nacionalista (v. *A Ascensão*, cit., p. 165).

⁶⁸ V. João Brito Freire, «O Partido Comunista e a guerra civil de Espanha», in F. Rosas (ed.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Colibri, 1998, pp. 184-185.

dagógica e administrativa», segundo Álvaro de Castro e António Sérgio. Falhou no segundo objectivo, mas sucedeu no primeiro. A história do revirvalho permite perceber melhor o fim da I República. Até agora, a maior parte dos estudos concentrou-se no papel das direitas — republicana, católica e «monárquica». Ora o papel da esquerda republicana na destruição da República de 1910 foi, pelo menos, tão importante. *O revirvalho não corporizou, ao contrário do que parece sugerir Luís Farinha, a revolta dos liberais contra o autoritarismo da ditadura, ou simplesmente o levantamento dos saudosos da velha República. Representou antes uma versão concorrente, à esquerda, do mesmo projecto da ditadura militar. Os pontos principais eram semelhantes: a liquidação do poder do PRP, a integração e o apaziguamento de forças até aí excluídas do regime e a reforma da estrutura política do Estado (favorecendo o governo e despromovendo as assembleias representativas) — o que, todos sabiam, exigiria um período de «governo excepcional», inevitavelmente sustentado pelas forças armadas. A versão esquerdista deste projecto foi assumida pelas figuras e grupos que haviam abandonado o PRP pela esquerda depois de 1918, tal como a versão direitista foi assumida por aqueles que tinham saído do PRP pela direita antes de 1918. A esquerda queria apaziguar os católicos e integrar os sindicalistas; a direita, o contrário. Nesta nuance, jogava-se muita coisa. De ambos os lados da barricada, estes candidatos à reforma da República acabaram por ficar comprometidos e submergidos por aqueles a quem se aliaram: os comunistas, na oposição, e os nacionalistas, no poder.*

Assim, a história do revirvalho pode ajudar a desfazer aquilo a que já chamei o «mito do 28 de Maio», isto é, a ideia de que a República, democrática e liberal, se viu apeada por uma conjura de não republicanos, autoritários e católicos em 1926. Foi uma ideia fomentada, depois de meados da década de 1930, tanto pelo Estado Novo «fascizado» como, sobretudo, pela oposição «democratizada». A verdade é que uma grande parte das elites da República aceitou ou conformou-se com a nova «situação». E a parte que passou à oposição violenta, o chamado revirvalho, se combateu a «situação», não foi porque não lhe tivesse adaptado os programas e métodos, a começar pelo «sistema ditatorial», pelo desejo de castrar de vez a «rua» radical, pela necessidade de um entendimento com os excluídos da República, pela prioridade do equilíbrio financeiro, etc. Em suma: *a emergência do Estado Novo não resultou da simples «decadência e queda» da República, mas da transformação a que as suas elites tentaram sujeitá-la, transformação que passou pelo aniquilamento do velho PRP como partido dominante, num processo que se desenvolveu tanto à direita como à esquerda*⁶⁹. A guerra civil de

⁶⁹ Ramos, *Segunda Fundação*, cit., pp. 628-633.

1926-1931 não opôs imediatamente «democracia» e «ditadura», tal como hoje as entendemos, mas duas tentativas de resolver o problema político criado pela conquista do Estado pelo PRP em 1910. O que aconteceu depois, isto é, a instauração do «Estado nacional e autoritário» de Salazar, resultou deste confronto, mas por isso mesmo não pode ser entendido como a razão da intransigência inicial do revirvalho.

Esta pista deixa, no entanto, muitas questões em aberto. No fundo, a história mais interessante não é a das conspirações militares revirvalhistas, mas a da máquina do PRP. Infelizmente, a historiografia portuguesa continua a preferir o estudo minucioso de extremistas mais ou menos periféricos. Há monografias sobre anarquistas, comunistas, integralistas, etc. Sobre o PRP não há quase nada. Conhecem-se os arbustos, mas pouco se sabe da floresta. Que aconteceu aos clubes, às associações, aos jornais, às lojas maçónicas, às «influências» do antigo PRP, que dominou o país durante dezasseis anos⁷⁰? O 28 de Maio, tal como o 5 de Outubro, levou à liquidação fulminante de uma elite: António Maria da Silva, Cunha Leal, José Domingues dos Santos e todos os outros cavalheiros preponderantes e incontornáveis da República, sem os quais nada podia acontecer, deixaram simplesmente de contar depois de 1926. Em que medida é que a «classe política» republicana se conformou com o saneamento dos seus líderes e a consequente perda da direcção do Estado? Consolaram-se alguma vez com o respeito que a ditadura e também Salazar exibiram pelos símbolos e rituais da República? Esta veneração foi muito mais longe do que tem reconhecido uma historiografia habituada a procurar apenas sintomas de fascismo. Em 1932, o *Diário da Manhã*, órgão oficioso do governo, celebrava ciosamente o «significado nacionalista do 31 de Janeiro» e prometia aos incautos que «somos nós quem está em condições de realizar o verdadeiro ideal republicano», nada mais, nada menos do que «uma democracia em que caibam todos»⁷¹. Ora, enquanto o *Diário da Manhã* fazia genuflexões em frente do relicário republicano, a imprensa dita republicana andava invadida por jovens radicais exaltados que maldiziam os governos da I República e exigiam a ultrapassagem de tudo quanto fora sagrado à esquerda em nome da nova revolução socialista. Não por acaso, em muitos locais, o antigo PRP foi seduzido pela «situação»⁷². Mas esta é uma história de que ainda sabemos muito pouco.

⁷⁰ V. o estudo pioneiro de David Melo, «Centros republicanos», in Barreto e Mónica (eds.), *Dicionário de História de Portugal (Suplemento)*, cit., vol. 1, pp. 292-293.

⁷¹ «Ideal republicano», in *Diário da Manhã* de 14-1-1932; «O significado nacionalista do 31 de Janeiro», *ibid.*, 31-1-1932.

⁷² V., e. g., o caso de Vila Real em Rui Ramos, «O Estado Novo perante os poderes periféricos. O governo de Assis Gonçalves em Vila Real 1934-1939», in *Análise Social*, 1986, n.º 90, especialmente p. 122 (1934-1939).